



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000444846

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0003006-33.2025.8.26.0521, da Comarca de Sorocaba, em que é agravante PAULO RICARDO AMORIM SOARES, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 7ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Posto isto, negaram provimento ao agravo. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FERNANDO SIMÃO (Presidente) E FREITAS FILHO.

São Paulo, 7 de maio de 2025.

KLAUS MAROUELLI ARROYO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

AGRAVO EM EXECUÇÃO nº 0003006-33.2025.8.26.0521

AGRAVANTE: Paulo Ricardo Amorim Soares

AGRAVADO: Ministério Público do Estado de São Paulo

ORIGEM: Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal da Comarca de Sorocaba – 10ª RAJ

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. HISTÓRICO CARCERÁRIO COM FALTA DISCIPLINAR. PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO NÃO COMPROVADO. PRINCÍPIO "IN DUBIO PRO SOCIETATE". RECURSO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Decisão que indeferiu a concessão de livramento condicional ao sentenciado com fundamento na ausência do preenchimento do requisito subjetivo. A defesa argumenta o preenchimento dos requisitos legais para o benefício.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. A questão em discussão consiste em determinar se o sentenciado preenche os requisitos, em especial o subjetivo, para a concessão do livramento condicional, considerando o registro de falta disciplinar recente e a aplicação do princípio "in dubio pro societate".

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. O requisito subjetivo para o livramento condicional exige a demonstração de méritos concretos que indiquem, com razoável certeza, a aptidão do sentenciado para o benefício.

4. O histórico carcerário com registro de falta disciplinar demonstra conduta incompatível com os pressupostos de ressocialização exigidos para a concessão do benefício.

5. O princípio "in dubio pro societate" rege as decisões em matéria de execução penal e determina maior cautela na concessão de benefícios que possam impactar a segurança coletiva.

6. A tese fixada no Tema 1.161 do Superior Tribunal de Justiça reforça a necessidade de análise rigorosa do mérito subjetivo, com base em critérios objetivos extraídos da conduta carcerária do sentenciado.

IV. DISPOSITIVO E TESE

7. Recurso improvido.

8. Tese de julgamento: (i) O livramento condicional exige a comprovação de mérito subjetivo, com indicativos concretos e seguros de ressocialização do sentenciado que será colocado em benefício com menor vigilância; (ii) A existência de falta disciplinar recente no histórico carcerário inviabiliza a concessão do benefício, aplicando-se o princípio “in dubio pro societate”.

Legislação Citada: artigo 83 do Código Penal.

Jurisprudência Citada: (i) STJ - AgRg no HC n. 823.985/SP, Rel. Min. Ribeiro Dantas, 5ª turma, DJe de 16/08/2023; (ii) STJ, Tema nº 1.161 (REsp n. 1.970.217/MG, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Terceira Seção, DJe de 01/06/2023).

VOTO Nº 13207

Trata-se de agravo em execução interposto pelo sentenciado **PAULO RICARDO AMORIM SOARES**, nos autos da execução penal nº 0003215-07.2022.8.26.0521, que se processa perante o Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal da Comarca de Sorocaba – 10ª RAJ, porque entende injusta a r. decisão copiada de fls. 06/07, que indeferiu o pedido de concessão do livramento condicional.

Pugna o agravante, em síntese, pela reforma da r. decisão, eis que preenchidos os requisitos legais, objetivos e subjetivos, para a concessão do benefício. Aduz que a lei não

exige cumprimento de lapso em regime semiaberto para concessão de livramento condicional (fls. 01/04).

Processado o recurso, contrariado (fls. 30/32), mantida a r. decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos (fl. 33), manifestou-se a Douta Procuradoria Geral de Justiça pelo desprovimento e apontou a identidade de objeto com o Agravo em Execução nº 0002964-81.2025.8.26.0521 (fls. 44/48).

É o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Paulo Ricardo Amorim Soares foi condenado pela prática dos crimes de tráfico, direção sem permissão para dirigir ou habilitação, ameaça, furto qualificado tentado, furto qualificado, roubo simples, resistência e condução de veículo sob a influência de álcool ou de outra substância psicoativa e cumpre pena total de quinze anos, nove meses e quinze dias de reclusão, dos quais já cumpriu, até 13/03/2025, dez anos, onze meses e doze dias de pena, que tem término previsto para 19/03/2029 (fls. 19/24).

A Defesa formulou pedido de concessão de livramento condicional (fls. 17/18) e o d. Juízo **a quo**, em

decisão de 14/03/2025, indeferiu o pedido formulado (fls. 06/07).

Contra tal decisão se insurge a Defesa (fls. 01/04).

Como se sabe, para que se processe o livramento condicional, exige a Lei de Execução Penal, basicamente, dois requisitos.

O requisito objetivo, qual seja, o cumprimento de determinada fração de pena.

Além disso, exige o requisito subjetivo, que diz respeito ao mérito do reeducando.

Verifica-se que, no caso em tela, o Juízo de piso fundamentou a decisão na ausência do requisito subjetivo.

Ainda que o artigo 83 do Código Penal, o qual elenca as condições para a concessão do livramento condicional, não traga o requisito de cumprir parte da pena no regime intermediário, o benefício foi indeferido pela ausência de histórico carcerário que sustente o pedido, eis que o sentenciado cometeu recente falta disciplinar de natureza grave (fls. 13).

Assim, o sentenciado não possui histórico carcerário que sustente o pedido de concessão de livramento

condicional.

Sobre a avaliação do histórico
carcerário, decidiu recentemente o C. Superior Tribunal de Justiça:

*“AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS
CORPUS. ALEGADA OFENSA AO
PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO
OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL.
LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUSÊNCIA
DO REQUISITO SUBJETIVO. ELEMENTOS
DESFAVORÁVEIS DO LAUDO
PSICOLÓGICO E EXISTÊNCIA DE
FALTAS GRAVES NO HISTÓRICO
PRISIONAL DO REEDUCANDO. AGRAVO
REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*(...) 5. “As faltas graves praticadas pelo
apenado durante todo o cumprimento da
pena, embora não interrompam a contagem
do prazo para o livramento condicional,
justificam o indeferimento do benefício por
ausência do requisito subjetivo. [...] Não se
aplica limite temporal à análise do requisito
subjetivo, devendo ser analisado todo o
período de execução da pena, a fim de se
averiguar o mérito do apenado” (HC n.
564.292/SP, relator Ministro Joel Ilan*

Paciornik, Quinta Turma, julgado em 16/6/2020, DJe de 23/6/2020, grifou-se). 6. "[A] circunstância de o paciente já haver se reabilitado, pela passagem do tempo, desde o cometimento das sobreditas faltas, não impede que se invoque o histórico de infrações praticadas no curso da execução penal, como indicativo de mau comportamento carcerário" (HC n. 347.194/SP, relator Ministro Felix Fischer, DJe de 30/6/2016)." (STJ - AgRg no HC n. 823.985/SP, Rel. Min. Ribeiro Dantas, 5ª turma, DJe de 16/08/2023 - g.n).

Ante o não preenchimento do requisito subjetivo, impossível a concessão do benefício.

O interessado devia demonstrar aptidão psicológica, adequação temperamental, senso de responsabilidade e perspectiva de futuro, indicando que reúne condições de que não voltará a delinquir, assimilando a terapêutica penal, o que não é o caso dos autos, pois descumpriu os deveres da saída temporária (fls. 13).

Em sede de execução penal, o princípio que rege é o *in dubio pro societate*. Em caso de dúvida se o condenado deve, ou não, obter o benefício, há que ser resolvida em favor da sociedade, que não é obrigada a conviver com a insegurança.

Ainda, nesse sentido, a tese fixada no Tema 1.161 do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

“A valoração do requisito subjetivo para concessão do livramento condicional - bom comportamento durante da execução da pena (art. 83, inciso III, alínea 'a', do Código Penal) - deve considerar todo o histórico prisional, não se limitando ao período de 12 meses referido na alínea 'b' do mesmo inciso III do art. 83 do Código Penal” (g.n.).

Portanto, deve ser mantida a r. decisão recorrida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Posto isto, **nega-se** provimento ao agravo.

KLAUS MAROUELLI ARROYO
RELATOR